

RESULTADOS
2025



FLWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da FLOWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA

FLWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	7.114.525	6.227.040
Clientes	5	-	225.196
Tributos a recuperar	6	85.669	27.664
Outros créditos		891.864	565.471
Total do circulante		8.092.058	7.045.371
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	65.017	65.017
		65.017	65.017
Imobilizado	8	1.889.340	1.000.306
Intangível	9	3.322.350	1.796.401
Total do não circulante		5.276.707	2.861.724
Total do Ativo		13.368.765	9.907.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Passivos de Arrendamentos	10	184.664	210.496
Impostos e contribuições sociais	11	221.285	301.509
Dividendos a pagar	12.3	1.508.784	1.038.649
Outros Passivos		130.042	108.704
Total do circulante		2.044.775	1.659.358
Não circulante			
Passivos de Arrendamentos	10	3.306.168	1.640.319
Total do não circulante		3.306.168	1.640.319
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	3.230.871	2.075.870
Reserva especial de dividendos	12.2	260.599	260.599
Dividendos adicionais propostos	12.3	4.526.352	3.115.948
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	1.155.001
Total do patrimônio líquido		8.017.822	6.607.418
Total do passivo e patrimônio líquido		13.368.765	9.907.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	13	6.922.034	5.191.852
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	14	(415.911)	(295.798)
Lucro bruto		6.506.123	4.896.054
Despesas gerais e administrativas	14	309.917	(69.675)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		6.816.040	4.826.379
Receitas financeiras	15	579.042	113.398
Despesas financeiras	15	(435.037)	(184.324)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	15	144.005	(70.926)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		6.960.045	4.755.453
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(924.909)	(600.856)
Lucro do exercício		6.035.136	4.154.597
Lucro básico e diluído por ações - R\$	17	2,12	2,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	2025	2024
Lucro do exercício	6.035.136	4.154.597
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	6.035.136	4.154.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

Nota	Capital social	Reserva especial de dividendos	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	901.028	260.599	-	-	1.174.842	2.336.469
Aumento de capital com AFAC conf. RSQ de 29/04/2024	12.1 1.174.842	-	-	-	(1.174.842)	-
Lucro do exercício	-	-	-	4.154.597	-	4.154.597
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos	12.3 -	-	-	(1.038.649)	-	(1.038.649)
Dividendos adicionais propostos	12.3 -	-	3.115.948	(3.115.948)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.155.001	1.155.001
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.075.870	260.599	3.115.948	-	1.155.001	6.607.418
Aumento de capital com AFAC conf. 7ª ACS de 30/04/2025	12.1 1.155.001	-	-	-	(1.155.001)	-
Pagamento de dividendos	-	-	(3.115.948)	-	-	(3.115.948)
Lucro do exercício	-	-	-	6.035.136	-	6.035.136
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos	12.3 -	-	-	(1.508.784)	-	(1.508.784)
Dividendos adicionais propostos	12.3 -	-	4.526.352	(4.526.352)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.230.871	260.599	4.526.352	-	-	8.017.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLAWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13	7.184.259	5.388.534
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	14	-	(65.270)
Valor adicionado bruto			
Depreciação e amortização	14	(130.990)	(60.807)
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	15	579.042	113.398
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.187.134	797.538
Estaduais		166	8.843
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	15	435.037	184.324
Aluguéis		(25.162)	230.553
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	12.3	6.035.136	4.154.597
		7.632.311	5.375.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLWSOLAR ENGENHARIA ELETRICA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro do exercício	16	6.035.136	4.154.597
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		274.334	284.097
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17	924.909	600.856
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(198.957)	(272.264)
Impostos a recuperar		(58.005)	(33.325)
Outros créditos		(326.393)	1.760.522
Aumento (redução) dos passivos			
Tributos e contribuições sociais		(1.005.133)	(390.384)
Outras contas a pagar		21.338	12.403
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		5.667.229	6.116.502
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		579.042	112.694
Aplicações no imobilizado e intangível	7	(889.034)	(1.000.306)
Alienação de bens do imobilizado	8	130.989	60.807
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(179.003)	(826.805)
Atividade de financiamento			
Adiantamento futuro aumento de capital		-	1.155.000
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	9	(446.144)	(228.690)
Pagamento de dividendos		(4.154.597)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(4.600.741)	926.310
Variação líquida do caixa		887.485	6.216.007
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	6.227.040	11.033
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	7.114.525	6.227.040
Variação líquida do caixa		887.485	6.216.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Flowsolar Engenharia Elétrica LTDA
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Flowsolar Engenharia Elétrica LTDA (“Empresa” ou “Flowsolar”), é uma empresa integrante do GRUPO ENERGISA, através da Alsol Energias Renováveis S/A, sua controladora. Possui sede na cidade de Uberlândia-MG e tem como objeto de atuação a implantação, desenvolvimento e exploração de usina solar, na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS - Accounting Standards” emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras da Empresa, foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b) **Clientes** – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;
- c) **Imobilizado** – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

d) Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Empresa, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Empresa neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Empresa, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Empresa, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Empresa não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- e) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os

tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

f) **Provisões** - são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

g) **Arrendamento** - os contratos são avaliados, se ele é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Neste caso, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

h) **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;

i) **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Dessa forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

- j) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço; e
- k) **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2025 equivale a 87,0% (87,0% em 2024) do CDI.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	10.390	733.274
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações Compromissadas ⁽¹⁾	7.104.135	5.493.766
Total caixa e equivalentes de caixa circulante	7.114.525	6.227.040

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação, com base nas taxas vinculadas ao CDI.

5. Clientes

	2025	2024
Serviços não faturados ⁽¹⁾	-	225.196
Total circulante	-	225.196

⁽¹⁾ O valor dos serviços não faturados refere-se à apropriação por provisão na competência referentes à prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas apurados na data do balanço. Os saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

6. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ⁽¹⁾	94.222	65.545
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	8.857	-
Outros	47.607	27.136
Total	150.686	92.681
Circulante	85.669	27.664
Não circulante	65.017	65.017

⁽¹⁾ Referem-se a créditos de tributos a recuperar ou retidos na fonte, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Transações com partes relacionadas

A Empresa é controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A (100,0% do capital total), que por sua vez é controlado pela Energisa S/A (89,70% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Empresa:

	Serviços prestados ⁽²⁾	Saldo a receber ⁽²⁾	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
ALSOL	7.409.455	891.865	-
2025	7.409.455	891.865	-
2024	3.553.910	565.471	(1.155.001)

⁽¹⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

⁽²⁾ Serviço de geração distribuída.

8. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Saldos em 2024	Adição	Saldos em 2025
Imobilizado em curso	1.000.306	889.034	1.889.340
Total do Imobilizado	1.000.306	889.034	1.889.340

	Saldos em 2023	Adição	Saldos em 2024
Imobilizado em curso	-	1.000.306	1.000.306
Total do Imobilizado	-	1.000.306	1.000.306

9. Intangível – Direito de Uso

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Saldos em 2025
Direito de Uso - Imóveis					
Custo:	3,73%	1.857.208	1.656.938	-	3.514.146
Amortização Acumulada		(60.807)	-	(130.989)	(191.796)
Total do Intangível – Direito de Uso		1.796.401	1.656.938	(130.989)	3.322.350
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Saldos em 2025
Direito de Uso - Imóveis					
Custo:	3,27%	-	1.857.208	-	1.857.208
Amortização Acumulada		-	-	(60.807)	(60.807)
Total do Intangível – Direito de Uso		-	1.857.208	(60.807)	1.796.401

10. Passivos de Arrendamentos

A Empresa atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Empresa, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Empresa, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Empresa não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Passivos de Arrendamentos - Terrenos	25	11,05%	1.850.815	1.656.938	(446.144)	429.223	3.490.832
Total			1.850.815	1.656.938	(446.144)	429.223	3.490.832
Circulante			210.496				184.664
Não circulante			1.640.319				3.306.168

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Passivos de Arrendamentos - Terrenos	25	11,05%	-	1.857.208	(228.690)	222.297	1.850.815
Total			-	1.857.208	(228.690)	222.297	1.850.815
Circulante			-				210.496
Não circulante			-				1.640.319

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2026	64.178
2027	64.178
2028	64.178
2029	64.178
2030	64.178
Após 2030	1.319.429
Total	1.640.319

11. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	97.380	183.870
Contribuição social s/o lucro - CSLL	82.080	68.354
Contribuições ao PIS e a COFINS	32.553	23.756
Encargos Sociais	3.831	16.505
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.441	9.024
Total Circulante	221.285	301.509

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$3.230.871 (R\$2.075.870 em 2024) e está representado por 3.230.871 (2.075.870 em 2024) quotas, pelo preço de R\$1,00 cada.

Em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social da Sociedade no valor de R\$1.155.001, mediante a emissão de 1.155.001 novas quotas, pelo preço de emissão de R\$1,00, passando o capital social de R\$2.075.870 para R\$3.230.871.

Todas as 1.155.001 novas quotas ora emitidas são integralmente subscritas e integralizadas, na presente data, pela sócia mediante a capitalização de valor disponível na conta de Adiantamentos para Futuros Aumento de Capital (AFAC) decorrente de aportes realizados até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente registrados na escrituração contábil da Sociedade.

12.2 Reserva especial de dividendos

O montante de reserva especial de dividendos no exercício de 2025 é de R\$260.599 (R\$260.599 em 2024), se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

12.3 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	6.035.136	4.154.597
Lucro líquido ajustado	6.035.136	4.154.597
Dividendos obrigatórios (25%)	1.508.784	1.038.649
. Dividendos a pagar – R\$0,466989861(R\$0,5003439522 em 2024) por quota	1.508.784	1.038.649
. Dividendos adicionais propostos – R\$1,400969584 (R\$1,50103233825 em 2024) por quota ⁽¹⁾	4.526.352	3.115.948
Total dos dividendos	6.035.136	4.154.597
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

13. Receita Operacional Líquida

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	7.184.259	5.388.534
Deduções à receita operacional		
PIS	(46.697)	(35.026)
COFINS	(215.528)	(161.656)
Total das deduções à receita operacional	(262.225)	(196.682)
Receita operacional líquida	6.922.034	5.191.852

14. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	De Operação	Gerais e administrativas	2025	2024
Serviços de terceiros	-	-	-	65.270
Depreciação e amortização	-	130.989	130.989	60.807
Outras	415.911	(440.906)	(24.995)	239.396
Total	415.911	(309.917)	105.994	365.473

15. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	579.042	112.694
Juros Selic s/ impostos a recuperar	-	704
Total receita financeira	579.042	113.398
Ajuste a valor presente	(424.153)	(174.494)
Juros pagos	-	(9.369)
Despesas Bancárias	(352)	(460)
Outras despesas financeiras	(10.532)	(1)
Total despesa financeira	(435.037)	(184.324)
Despesas financeiras líquidas	144.005	(70.926)

16. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita de prestação de serviços	7.184.259	7.184.259	5.388.534	5.388.534
Alíquotas de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	2.298.963	2.298.963	1.724.331	1.724.331
Receita sobre aplicações financeiras	381.257	381.257	112.694	112.694
Outras receitas financeiras	110.688	110.688	816	816
Base de cálculo	491.945	491.945	113.510	113.510
Base de cálculo total	2.790.908	2.790.908	1.837.841	1.837.841
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(418.636)	(251.182)	(275.676)	(165.406)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(255.091)	-	(159.774)	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(673.727)	(251.182)	(435.450)	(165.406)

17. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2025	2024
Lucro do exercício	6.035.136	4.154.597
Média ponderada das ações	2.845.871	1.493.518
Lucro básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	2,12	2,78

⁽¹⁾ A Empresa não possui instrumento diluidor.

18. Meio ambiente

A Empresa trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

19. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da empresa, é o que segue:

	2025	2024
Atividades operacionais		
Arrendamento mercantil - IFRS 16	1.656.938	1.857.208
Atividades de investimentos		
Aumento de capital	1.155.001	1.174.842
Intangível - IFRS 16	1.656.938	1.857.208